



INTERCÂMBIO ENTRE ORGANIZAÇÕES E MOVIMENTOS AFRODESCENDENTES



26 E 27 DE ABRIL, 2021

CONTEÚDO

Preâmbulo.....	3
Extratos da exposição, Processo organizativo dos negros na América Latina e Caribe, Professora. Matilde Ribeiro (UNILAB).....	4
Refletindo e tecendo com as palavras da Matilde.....	6
Desafios, experiências e aprendizados sobre o fortalecimento institucional no contexto da pandemia.....	8
Miriam Miranda, Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH).....	8
Givania María da Silva, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).....	9
Fogo! Poema de Antonio Bispo de Santos (Nego Bispo), poeta, quilombola e mestre de saberes.....	10
Charo Mina Rojas, Conselho Nacional de Paz Afrocolombiano (CONPA) e Processo de Comunidades Negras (PCN).....	11
Sandra Regina Monteiro, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu(MIQCB).....	13
Paola Yáñez Inofuentes. Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da diáspora (A Rede)	14
Daniel Teixeira, Centro de Estudios das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).....	15
Intercâmbio de saberes, ideias e propostas entre as organizações.....	16
Delineando as principais conclusões.....	18
Realidades compartilhadas entre as organizações.....	18
Propostas gerais da discussão.....	18



PREÂMBULO



O intercâmbio entre organizações e movimentos afro, quilombolas, garífunas e palenqueros foi facilitado por Giselle dos Anjos Santos (CEERT), que delineou os principais elementos para gerar uma ação participativa, partilha de experiências, diagnósticos, relatos e saberes ao redor do tema fortalecimento institucional das organizações afrodescendentes na América Latina. O intercâmbio virtual aconteceu nos dias 26 e 27 de abril de 2021. As organizações participantes, foram:



OFRANEH

Organização Fraternal Negra
Hondurenha (OFRANEH)



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas
(CONAQ)



Conselho Nacional de Paz
Afrocolombiano (CONPA)



Movimento Interestadual das
Quebradeiras de Coco Babaçu
(MIQCB)



Rede de Mulheres
Afrolatinoamericanas,
Afrocaribenhas e da diáspora
(A Rede)



Centro de Estudos das
Relações de Trabalho e
Desigualdades (CEERT)

A agenda iniciou com a presença de Matilde Ribeiro; "num momento de bastantes incertezas, nós estamos procurando encontrar caminhos diante desta situação de crise que não é só uma crise sanitária, é uma crise humanitária". Voltando à Conferência de Durban, ela fez um percurso histórico para precisar como é que se tem avançado na matéria de políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial, criando assim, uma convergência da promoção da igualdade racial com o pluralismo cultural dos povos. Mais pela frente, as organizações participantes fizeram suas intervenções com a finalidade de compartilhar seus aprendizados, os retos vivenciados e as resiliências que cada uma gerou para enfrentar a crise que a pandemia tem deixado por trás. Isto permitiu conhecer os elementos que cada uma tinha implementado, discutindo os pontos em comum e as convergências que com o tempo poderiam se apresentar.

A poesia se fez presente nesse espaço de oportunidades para o diálogo conjunto e celebrar a nossa resiliência, para aprender e escutarmos; e gerar insumos para o segundo Encontro, sabendo que, ainda com as semelhanças, cada sociedade tem suas próprias diferenças. A jornada finalizou com uma sessão plenária sobre as prioridades para uma colaboração conjunta e os próximos passos a seguir.



EXTRATOS DA EXPOSIÇÃO, PROCESSO ORGANIZATIVO DOS NEGROS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, Professora. Matilde Ribeiro (UNILAB)

Acadêmica com larga experiência em questões de gestão pública, principalmente em políticas de gênero e raça. Desde 2014 atua como professora adjunta da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em Redenção, Ceará. Foi a primeira Ministra da Promoção da Igualdade Racial do Brasil (no governo do Presidente Lula a partir de 2003 e até 2008) e posteriormente Secretária Adjunta da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Município de São Paulo de 2013 até 2014.

Em 16 países da América Latina e o Caribe, começaram-se a desenvolver políticas a partir das estruturas dos seus governos, principalmente de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial. Isso gerou um reconhecimento de instrumentos jurídicos institucionais, formulados e harmonizados desde legislações nacionais, garantindo com isso, a interculturalidade, o cuidado das oportunidades e os direitos coletivos das populações afrodescendentes. Com um especial ênfase na superação do racismo, a discriminação, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância; "os resultados, no entanto estão longe de ser satisfatórios, nós estamos falando de racismo estrutural".

A segunda menção de maior relevância que desenvolve, é a do valor dos censos. A utilidade deles, reside na coleta de dados mais acordes com a realidade dos povos negros e afrodescendentes da região. Os dados desagregados por raça e etnia, permitem ver em diferentes estágios, o jeito em que os países caminham em direção a um ajuste de contas com os direitos das populações afrodescendentes e indígenas, procurando informações sobre seus modos de vida; acesso à saúde, educação, saneamento; oportunidades de emprego, renda; moradia, qualidade de vida, e o grau da violação de seus direitos fundamentais. Isso permite atuar em várias áreas da política pública.

Um terceiro aspecto urgente a se sublinhar, é o jeito em que a pandemia tem aumentado a lacuna no acesso à saúde pública, tanto física quanto mental. Adicionado aos novos problemas que o acesso às tecnologias da informação e comunicação apresentam. Por exemplo, mesmo para aquelas pessoas que têm acesso, existe uma maior pressão pelo tempo que se tem que passar frente aos dispositivos tecnológicos. Da lacuna digital, passa-se à lacuna pelo direito e acesso às terras e os territórios. "Os povos indígenas e afrodescendentes vêm recorrendo à justiça para demandar a aplicação de políticas de equidade, destacando-se o direito ao território. O território nesse sentido, visto como um locus, é um espaço de manifestação da identidade e da cultura. Para as comunidades quilombolas o direito ao território, caracteriza-se numa relação de poder e busca de autonomia, por meio da qual é possível estabelecer o seu modo de vida e dar continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida".

Em quarto lugar, esclarece sobre a relevância das mulheres e as juventudes negras. "As mulheres negras, tem sido o setor (dentro da população afrodescendente nos países) historicamente mais vulneráveis, vivendo situações além do racismo, também as situações provenientes do machismo e de não reconhecimento das suas capacidades próprias que dão conta da sua vida". Mas, ao mesmo tempo, os espaços que tem conseguido gerar e os temas da agenda que tem aberto, permitem com que a participação qualificada e o protagonismo das mulheres negras, venha a se tornar num perceptível e positivo "enegrecimento do movimento feminista". Para a questão das juventudes negras, problematiza o modo em que esse setor tem reagido à histórica invisibilidade para a qual foram delegados por muito tempo. Essa luta tem permitido ver espaços de incidência que antigamente eram de difícil acesso.

“

No processo de organização da juventude negra, destacam-se os temas contra a violência policial e urbana, por ações afirmativas na educação (em especial cotas nas universidades) e no trabalho. São desenvolvidas também, ações para visibilidade da cultura considerada periférica, como é o caso do Hip-Hop e outras manifestações...com isso mudou a política pública nacional voltada à juventude, e no que respeita às questões étnicas e raciais, teve um novo foco de atenção para os povos e comunidades tradicionais: jovens negros e negras

”

Finalmente comenta que

“

estes têm sido os nossos desafios e novas agendas podem ser vistas como desdobramentos inclusive de nosso saber ancestral. Porque muitas coisas ligadas à nossa vida como afrodescendentes ou como indígenas para sobreviver, resistir, até os dias atuais, não são do conhecimento da sociedade. As nossas crenças, as nossas manifestações culturais, as nossas formas de organização. Então, nós não precisamos inventar a roda. Nós temos apenas o que nós fazer presentes, no ponto de vista na relação com o Estado, com os governos, atuar cada vez mais para que as políticas se tornem mais perenes como políticas de Estado, desde o ponto de vista com a sociedade como um todo, que nós sejamos respeitados como cidadãos.

”

“

Eu particularmente, acredito que o melhor caminho que nós temos a seguir é a constituição de políticas de Estado que garantam as ações afirmativas em conjunto com as políticas universais. Eu acredito que o caminho deva ser este, e de fato também nós temos que trabalhar para que as conquistas legais, de normas, de indicativos para direitos humanos, tenham que chegar mais e mais à população que dele necessita.

”

“

Quando o governo é favorável à nossa forma de organização, o tipo de estratégia é uma: de diálogo e negociação. Quando o governo é contrário à nossa forma de organização: a forma é de maior confrontação e conflito.

”

“

Entendo que quando vocês discutem fortalecimento institucional, as necessidades de alianças e estratégias para combater desafios, é justamente com a busca de fortalecer mais e mais, as políticas sobre a visão da população que vive a condição de pobreza e de racismo, mas em diálogo com as estruturas do Estado e de governo.

”



REFLETINDO E TECENDO COM AS PALAVRAS DA MATILDE



Givania Maríá da Silva (CONAQ)

Argumentou que

“ No Brasil a terra é símbolo de poder. É símbolo de vida e de morte ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo que ela serve a nossas vidas, ela nos tira a vida... Cruzamos isso com a política maior de regularização fundiária, e é exatamente no processo da regularização fundiária o pico das mortes, dos assassinatos de homens e mulheres lideranças quilombolas. A regularização fundiária nas zonas urbanas, é o grande problema da não regularização fundiária em nosso país. ”



Miriam Miranda, Coordenadora Geral (OFRANEH)

Apontou no questionamento à visão institucional das políticas afirmativas para a população afrodescendente, porque tem-se um olhar muito enviesado em relação aos casos das reparações.

“ Quando se fala de políticas de ações afirmativas, muitas vezes são enquadradas no tema das reparações. E ali é onde eu me pergunto, reparar o que?, o que se pretende reparar? A questão é que para alguns governos e Estados, entendem as reparações como regar um pouco de recursos e fundos para organizações que possam fazer atividades ou projetos que finalizam sendo uma simulação para aquilo que ao Estado interessa. ”



Sandra Regina Monteiro (MIQCB)

O que mudou no Brasil e na América Latina após a Convenção 169 da OIT? E qual é a contribuição que os dados do censo, desagregados por raça e etnia, trouxe de contribuição para as organizações e os governos?



MATILDE RIBEIRO

O Convênio 169 da OIT começa a ter um avanço ao redor da regularização fundiária, ainda bem que sempre se terão diversos problemas na matéria. "Não quero dizer que com isso os governos passaram a reconhecer e legalizar as terras de quilombos e indígenas em grande proporção. Porque sempre tem questões contraditórias que têm que ser resolvidas desde o ponto de vista cartorial, do ponto de vista histórico. Uma afirmação feita pelo economista Carlos Lopes, disse:

“ Thereisnodemocracywithoutagrarianreform,”andhastobeanagrarianreformfromthe pointofviewandvoiceoftheworkers.Itisnecessarytohavelawsthatprovidetheserights ”

O grande problema dos remanejamentos também é, reconhece, que dão-se totalmente descontextualizados das práticas históricas e ancestrais com que as comunidades já vinham vivendo nos seus próprios espaços. "A questão censitária. Ter um número é muito importante. Por exemplo, aqui no Brasil o número de comunidades quilombolas é ainda uma controvérsia. O movimento social diz um número, e as instituições públicas dizem outro número, os órgãos de pesquisa dizem outro número e não há consenso. Mas ter um número mais próximo do real é importante, porque o número nos leva a pensar,

Quantas pessoas estão passando fome?

Quantas pessoas estão morrendo de doenças que já deveriam ser prevenidas?

Quantas pessoas não têm acesso à escola?

Quantas pessoas necessitam de espaços de cultura?

Quantas pessoas necessitam de tecnologia?

Óbvio, essas respostas com um número na mão não vêm imediatamente. Mas nos trazem uma possibilidade.

As políticas afirmativas,

“ são instrumentos na mão que nos fazem dialogar com a classe dominante, no sentido de requerer os nossos direitos. E aqui no Brasil existe também o debate sobre reparações, mas eu particularmente, acredito que o melhor caminho que nós temos a seguir é a constituição de políticas de Estado que garantam as ações afirmativas em conjunto com as políticas universais. Eu acredito que o caminho deva ser este, e de fato também nós temos que trabalhar para que as conquistas legais, de normas, de indicativos para direitos humanos, tenham que chegar mais e mais à população que dele necessita ”

Sobre o tema do fortalecimento institucional, as necessidades de alianças e estratégias para combater os desafios, é justamente com a busca de fortalecer mais e mais, as políticas sobre a visão da população que vive a condição de pobreza e de racismo, mas em diálogo com as estruturas do Estado e de governo. Para isso, as leis e as mudanças, desde um ponto de vista institucional, são muito importantes. Atualmente estamos vivendo numa realidade dum governo fascista, dum governo que não considera as formas de organização da sociedade civil. E também perda de direitos sociais em todas as áreas. Por isso,

“ é importante quando se pensa em fortalecimento institucional e estratégias de ação, como atuar em terrenos adversos? Quando o governo é favorável à nossa forma de organização, o tipo de estratégia é uma: de diálogo e negociação. Quando o governo é contrário à nossa forma de organização: a forma é de maior confrontação e conflito ”



DESAFIOS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS SOBRE O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Miriam Miranda, Organização Fraternal Negra Hondurenha (OFRANEH)

Aborda as situações de risco que tem estado vivendo em Honduras, principalmente as ameaças contra o povo garífuna. Uma situação nunca vista, existe uma total destruição da institucionalidade: um Estado falido, um presidente sendo julgado e apontado. Vive-se um narco-governo. Neste sentido, nos últimos 3 anos, a comunidade garífuna, tem enfrentado 40 assassinatos de lideranças, junto com o sequestro de 5 companheiros em 2020 na comunidade Triunfo de la Cruz. "Temos que enfrentar um plano genocida do governo, e nesse contexto, devemos continuar trabalhando"

A situação da pandemia tem gerado mudanças de espaços e de cenários. "A pandemia convoca-nos para reconsiderar e fazer algumas mudanças em nosso trabalho. Levando em conta, não apenas o fato de podermos encontrar fisicamente, mas o significado do colapso dum sistema de saúde; desde OFRANEH, iniciamos a instalação de 33 centros de saúde comunitária, olhadas como: território, identidade, direito ao ter um ar limpo, todo o sentido integral de saúde, e com um lema fundamental: salvar nossos idosos, as nossas avós e nossos avôs. Convencidos do que neles, fica depositada a memória e a identidade do povo garífuna, fundamental para futuras gerações. Tem-se instalado Casas de Saúde Ancestral do Povo Garífuna e tem-se criado um Comitê de pesquisa independente para procurar pessoas desaparecidas. Principalmente para os casos de sequestros por parte da polícia, em pleno período de confinamento.

Nahum Lalin, (OFRANEH)

A pandemia tem-nos permitido pensar na utilidade e relevância da medicina ancestral.

“Acreditamos num mundo melhor. Mas a situação em nosso país tem se intensificado. Avançamos desde a organização, a espiritualidade e a sabedoria ancestral.”

Melissa Martínez, (OFRANEH)

“Com a pandemia, fomos obrigados a organizar os centros de saúde, desde um enfoque da medicina ancestral. Esses centros ficam onde não existe infraestrutura hospitalar. Isso tem permitido salvar a vida de nossa gente, ainda as que vêm de outras comunidades”.

Também fizemos "painéis comuns", que tem permitido atender o tema da falta alimentar.

César Bermúdez, (OFRANEH)

“A pandemia têm-nos ensinado que temos que recuperar a medicina ancestral, as plantas, as ervas, o mar, os chás, a organização, que a medicina ocidental já quisesse. OFRANEH é uma escola que, por meio de nossa conexão com os ancestrais, nos é dito qual é a pauta. Isso permite, a procura da essência do povo garífuna.”



Givania Maria da Silva, Coodenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)

A CONAQ tem representação em quase todo o território nacional. Somente em Acre e Roraima ainda não se tem identificadas comunidades quilombolas. Com a pandemia, "uma das questões que mais nos preocupou, era nosso povo, nem todo mundo consegue acessar à internet. Então o nosso trabalho inicial foi tentar traduzir, numa linguagem mais simples: o que era esta pandemia?". Surge assim, a primeira intervenção em termos de reduzir a lacuna digital e de acesso aos serviços de saúde. "Em lugares onde não tem energia elétrica, não tem internet, obviamente você não vai ter um aparelho de celular para baixar um aplicativo e acessar ao benefício. Isso fez com que muitos de nossos fossem às cidades e fossem contaminados com COVID-19."

Existem problemas relacionados à soberania e à segurança alimentar. Tem comunidades que ainda não produzem seus próprios alimentos, para estas, se tiveram campanhas de mobilização e orientação, procurando acordos para doação de alimentos. Por outro lado, nas comunidades onde podiam produzir os alimentos, perderam os espaços para comercializá-los. "Então, você tinha de um lado os que não tinham a comida, que agente tinha que pensar como conseguir, e do outro os que tinham a comida e viviam da venda nas feiras e isso deixou de acontecer. É um período que está sendo muito duro para nós. Felizmente os canais para produção, a distribuição e o consumo, melhoraram."

A CONAQ junto com o Instituto Socioambiental construíram um "sistema de monitoramento, e por esse sistema que nós conseguimos mapear precariamente, às pessoas quilombolas que foram contagiadas por COVID-19. Os dados que temos hoje é que nós já tivemos infelizmente 5,329 casos de COVID-19 confirmados. Sendo que o nosso número pode ser duas ou três vezes mais. Mas é o número que como sociedade civil construímos. Com um governo racista, genocida e todos os males de um mal governo em nosso país, complicando assim muito todo esse processo". Esse sistema permitiu reconhecer também, a quantidade de mortos por COVID-19, identificando-se até o momento, 260 mortes de pessoas quilombolas. "A nossa história não está escrita, a nossa história está na oralidade, por isso quando as pessoas vão, elas levam um pedaço de nossas vidas, porque elas levam um pedaço de nossas histórias".



Selma Dealdina, (CONAQ)

"O Estado brasileiro como já disse a Givania Maria da Silva, quando não mata, deixa morrer. E contrapondo a questão, como já disse a Conceição Evaristo, eles combinaram de nos matar. E nós combinamos de não morrer".

O 9 de setembro a CONAQ protocolou ante o Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que é exigir ao Estado brasileiro o cumprimento das suas funções. Obrigando-o para reduzir a lacuna em termos de acesso à saúde: fazer os testes, obter equipamento médico, garantir a vacina para a população quilombola. "Tivemos que aguardar por 5 meses para avançar nesta proposta. Estamos na espera dos avanços em matéria judicial, e que o Estado brasileiro cumpra com a resolução do ADPF quilombola. Temos que lembrar que estamos na frente dum sistema judicial racista. Estamos na espera da resposta".

Temos perdido muitas vidas. Lembremos que a primeira vítima de COVID no Brasil, foi uma mulher preta, empregada doméstica. De forma concorrente, os despejos, e todos os conflitos agrários que envolvem os territórios quilombolas, eles estão acirrados, o número de ameaçados e ameaçadas continuam crescendo em plena pandemia. O governo brasileiro não tem feito consulta prévia, livre e informada. O projeto de desenvolvimento é um projeto que exclui e segue atropelando e violentando os territórios quilombolas.



Fogo!
Poema de Antonio Bispo de Santos
(Nego Bispo), poeta, quilombola
e mestre de saberes

Fogo! Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.

Fogo! Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.

Fogo! Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.

Fogo! Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimam a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesque que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.

No poema "Palmares é a grande referência de nossos quilombos e os demais nomes também. Esta poesia define que, ainda que queimem ou matem ou destruam tudo aquilo que pensam destruir de nosso povo, eles nunca conseguiram queimar a nossa ancestralidade" (Givania María, CONAQ).



Charo Mina Rojas, Conselho Nacional de Paz Afrocolombiano (CONPA) e Processo de Comunidades Negras (PCN)

As comunidades racializadas e engenerizadas como as da Colômbia, têm tido que atravessar importantes retos com a pandemia, principalmente pela situação de guerra que se vive nos territórios. Esse cenário adverso, gerou a oportunidade de conjuntar esforços entre várias organizações, por exemplo, o Centro de Estudos Afro Diaspóricos (CAEF) da Universidade ICESI, com quem geramos a iniciativa: Pacifico Task Force (PTF).

A pandemia "exacerbou o empobrecimento gerado, o racismo estrutural, no qual não existimos humanamente, entre a guerra que alimenta-se desse racismo e esses interesses econômicos num sistema de valores onde os direitos humanos são uma questão menor". Por isso, o reto para CONPA foi pensar esta questão de um jeito mais estratégico, coletivo, crítico e estrutural.

Uma das questões mais importantes foi ter mantido um enfoque desde e para a região, permitindo com isso, desmontar o imaginário racista de que as comunidades são desorganizadas, descuidadas e incapazes. Isso levou a propor iniciativas que visibilizem a existência de uma cultura dos cuidados que se pratica na região. Os retos da pandemia tem deixado várias lições, a principal delas tem sido trabalhar articulada e cooperativamente. "Quando logra-se uma coerência nos propósitos e nos compromissos, e se põe o coração diante desses interesses particulares, ao geral, ao coletivo, é possível fazer coisas dum jeito mais satisfatório."

Conseguimos repartir 1, 395 provisões alimentares de uso doméstico com produtos próprios, comprados com produtores e abastecedores locais. Distribuíram-se também 2, 025 kits de higiene e de cuidados próprios, que incluíam medicina tradicional, que adquirimos diretamente de sabedoras e sabedores tradicionais. Tivemos que combater a estigmatização pelo uso da medicina tradicional, com a qual, as pessoas estavam atendendo as complicações do COVID-19. Se desenvolveu um diplomado que fortaleceu capacidades em 26 mulheres lideranças e 10 líderes. Com isso foi possível formular 12 iniciativas para continuar confrontando a situação estrutural da pandemia. Principalmente em temas de conectividade, autonomia econômica e soberania alimentar. Se abordaram temas de relacionamento interinstitucional com autoridades da administração municipal. Fomentou-se a análise epidemiológica com enfoque étnico, com estatísticas específicas da população negra, afrodescendente, que não existiam. Se mobilizaram 150 voluntários e voluntárias, para o apoio às pessoas que não tinham acesso à educação virtual.

O grande aprendizado para as mulheres, tem sido o exercício dum desenvolvimento pedagógico e político, assim como o aproveitamento de suas dinâmicas organizativas locais. "Cada vez vamos ganhando mais capacidade, mais conhecimentos,, mais força, mais agenciamento. As mulheres temos ido recriando essa narrativa política, que fica no sustento de nossos direitos como mulheres, mas também no direito de ser parte do povo negro e afrodescendente. Desde estas experiências desenvolvemos processos educativos, desde o pensamento próprio e da convicção das nossas capacidades". A chave tem sido desenvolver um processo de autonomia para não depender do governo colombiano. O fortalecimento das competências das comunidades e suas autoridades, é fundamental. "Temos a certeza, que é desde abaixo, como funciona melhor"



Carlos Rosero, (PCN y CONPA)

Quando nos falamos de fortalecimento institucional, pensamos duas coisas: o fortalecimento das organizações e do movimento negro; e, em segundo lugar, também o fortalecimento das próprias autoridades e da governabilidade nos territórios onde as comunidades moram. A partir daqui, de jeito muito particular, "temos pensado que o fortalecimento institucional é:



Estar organizados.



Ter propostas.



Ter estratégias para impulsionar essas propostas.



Fortalecer o nosso pensamento próprio como organização, como comunidade ou como povo



Ter com que implementar essas propostas.

Essas são as 5 coisas que a gente pensa quando dizemos fortalecimento organizativo. Tudo isso passa por ter as pessoas, que as pessoas estejam formadas, e ter suficientes pessoas para enfrentar as diferentes atividades que temos que desenvolver".

Finalmente fala sobre três aspectos que devem ser considerados neste processo de resistência. O primeiro, são os aprendizados que a própria pandemia significou. "A negação das ações afirmativas e a afirmação de que estamos num Estado post-racial, e dum jeito claro no caso da Colômbia, as elites dominantes, não se interessam no discurso da diversidade cultural, a diversidade racial, e que nós somos sujeitos de especial proteção. Esse é um assunto que precisamos trabalhar mais". Em segundo lugar, o perigo da "reativação econômica da que todo mundo fala. Para América Latina é maior extrativismo, mais pressões sobre os territórios, mais violações aos direitos de participação e de consulta prévia. É nesse ponto que estamos interessados em trabalhar com outras organizações negras da região". Em terceiro lugar, a organização. O trato que tem se recebido na pandemia é nulo. Mas diante deste panorama, "o que temos como povo negro para suportar este momento? Temos conhecimentos, temos território e temos pessoas".



Sandra Regina Monteiro, Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

O MIQCB é uma organização de mulheres trabalhadoras do campo, agricultoras familiares, indígenas, quilombolas, pescadoras e poetas. As ações no contexto da pandemia tem sido para assegurar a segurança alimentar e nutricional das comunidades e para as famílias das mulheres que integram a associação. Muitas mulheres ficaram sem trabalho, tiveram que adaptar-se e surgiram novos mecanismos de participação digital com governos e sociedade civil; diálogo com secretarias municipais e estaduais de educação para gerar uma cesta básica de alimentos para as famílias da comunidade escolar; criação de registros para mulheres com a finalidade de receber as subvenções governamentais.

Finalmente sobre o tema do fortalecimento institucional, o MIQCB gerou várias alianças com a finalidade de solicitar doações de cestas básicas. "Adquiriram-se e distribuíram-se mais de 4,000 cestas básicas. Também mais de 2,000 kits de higiene conformados com produtos locais.



Maria Antonia dos Santos, (MIQCB)

Tem-se trabalhado para aumentar a educação quilombola, principalmente com os adultos e a educação à distância para as juventudes. Também se trabalha de forma muito direta com as produtoras de farinha de mandioca e arroz, que lutam contra os grandes fazendeiros que tentam tirar os territórios delas. "Luta-se pela vida digna, pela vida no campo, contra os grandes latifúndios e os grandes fazendeiros. Temos necessidades de comer, de beber, de água digna, de alimentação. Nosso trabalho é pela vida digna e o bem-estar do povo"



Cledeneuza María Bezerra, (MIQCB)

"O que mais agente trabalhou mesmo, foi na questão de distribuição da cesta básica. Conseguimos fazer a distribuição para nossas companheiras, cada uma tem sua dificuldade. Nesse período também foram colocados os produtos das quebradeiras de coco na cesta". Em relação aos grandes aprendizados da pandemia, ele diz que "algo diferente foi que a gente pôde vender de uma vez só um mundo maior de produção. Nossa produção foi mais vendida nesse período. Para nós não é fácil, mas estamos na luta. Claro que temos sentido todos os impactos que tem no mundo inteiro. A gente também aqui neste pedaço de mundo, as quebradeiras de coco, estamos passando e sentindo esses impactos."



Paola Yáñez Inofuentes. Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da diáspora (A Rede)

A Rede é regional, acompanha a incidência de direitos humanos para os países. Conta-se com um observatório regional em 13 países, acompanhando a Agenda do Decênio. Além disso, acompanhou a plataforma política que aprovou-se em Managua, Nicaragua em 2015, na primeira reunião de mulheres lideranças afrodescendentes.

“As condições históricas e estruturais do racismo têm determinado as formas nas que temos vivido e estamos vivendo. Essas desigualdades que sinalizamos por anos, têm sido muito evidentes este ano. Constatamos que a discriminação étnico-racial e de gênero tem-nos levado dum jeito totalmente desproporcionado na direção dos efeitos da pandemia.”

A Rede identifica que a população afrodescendente da região está localizada no trabalho informal, o trabalho assalariado e doméstico. Para o caso das trabalhadoras assalariadas domésticas, um setor muito afetado pela pandemia, considerando que “ainda não há dados muito precisos, mas simplesmente na Bolívia, 9 de cada 10 trabalhadoras domésticas tem perdido suas fontes de trabalho. Como Rede, temos falado desde a coordenação. No curto prazo, pensar sim, em temas de regulação e respeito aos direitos humanos, mas no longo prazo teríamos que pensar na abolição do trabalho assalariado doméstico, porque não podemos continuar perpetuando as mulheres afrodescendentes nas condições deste trabalho”.

“Como Rede, vemos com grande preocupação, o tema de perseguição às lideranças afrodescendentes. Temos levantado informações por meio de documentos regionais sobre o tema da violência. Nestes casos, podemos evidenciar a falta de informações estatísticas, ou como os cadastros administrativos não têm incorporado a categoria étnico-racial que nos permite visibilizar a situação enfrentada pelas mulheres e populações afrodescendentes.”

Uma das lições aprendidas durante a pandemia, tem sido o fortalecimento das articulações com outras organizações. No horizonte vislumbra-se uma janela de oportunidade importante para participar na avaliação do meio termo do decênio afro e os 20 anos de Durban. As integrantes da Rede estão conscientes que muitos de estes trabalhos não chegam aos territórios, mas a oportunidade de poder sinalizar essas lacunas em estes foros é muito importante. Por exemplo, vai ser muito relevante “aproveitar esses dois processos avaliatórios para voltar e colocar na discussão regional o tema das desigualdades étnico-raciais, assim como a do racismo. E poder dizer: o racismo na América Latina não só tira da frente os direitos como o direito à saúde, a educação, também vai assassinando, tira o direito à vida, ao exercício da liderança social. Temos que pensar nesta avaliação contextualizando esta situação.

“É urgente pensar em estratégias e ações que possam-se impulsar de forma conjunta para acompanhar os processos que as demais organizações fazem em cada país. Quando falamos dos direitos humanos como universais, é mais um objetivo do que uma realidade. Temos que trabalhar sobre o direito a ter direitos. Aproveitá-los para conseguir essa universalidade.”



Daniel Teixeira, Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)

Ele faz um relato muito pontual sobre as dificuldades históricas para abordar a institucionalidade desde as organizações negras, principalmente quilombolas e indígenas, num esquema de organizações brancas, que trabalham com outros códigos, outra lógica, outras motivações e outras expectativas completamente distintas quando se trata de fortalecimento institucional. “E isso, não é mais do que racismo institucional. O racismo numa outra dimensão de atuação. Nossas organizações são pretas, são indígenas, são quilombolas. E isso tem muitas repercussões na hierarquização que o racismo faz, inclusive para poder discutir sobre a institucionalidade”.

Convida pra pensar nas implicações do racismo na vida institucional das organizações. “Temos que pensar em nós mesmos, como bem diz Carlos, ‘nós temos a nós mesmos’. Isso muitas vezes também impacta nossa atuação porque não temos condições institucionais de fazer tudo aquilo que é urgente fazer. Quando a gente fala, por exemplo, aqui no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, nós estamos falando de genocídio”. Este é o grande tema recorrente com o que todas as organizações afrodescendentes têm que lidar.



A primeira vez que a gente pôde pensar em fortalecimento institucional, foi com o programa Build da Fundação Ford. Este programa permitiu problematizar a violência institucional que a gente sofre dia a dia. Mas ainda com todo o mérito do programa Build é muito complicado. E é tão difícil diante de tantas urgências: assassinatos de ativistas, da população negra, da juventude negra, nos quilombos. E o assassinato não é só físico, ele é também de nossos direitos.



Para o CEERT, o tema de fortalecimento institucional cruza pelos temas da comunicação, movimentação de recursos e resiliência financeira. As perguntas que têm-se colocado, impactam em como melhorar a institucionalidade da organização. Como gerar uma melhor comunicação estratégica com as demais organizações para o combate ao racismo. Num contexto onde articular-se é fundamental para ser ouvidos a nível nacional e internacional. É preciso poder discutir, interna e externamente, como chegar no patamar de uma organização sustentável desde diversos tipos de articulações. Estas articulações tem levado de forma natural ao tema da resiliência financeira como elemento da ampliação ao fortalecimento institucional.

Tem se desenvolvido um projeto sob estes três elementos, encontra-se nas periferias de São Paulo para fortalecer a segurança alimentar. Tem-se feito em conjunto com as comunidades de Terreiro de Candomblé, instituições muito importantes para as ações sociais no território.



INTERCÂMBIO DE SABERES, IDEIAS E PROPOSTAS ENTRE AS ORGANIZAÇÕES

As preocupações foram delineando os elementos que entre cada organização estavam sendo suscetíveis de colaboração conjunta e troca de saberes e experiências. Dentro dos elementos a sublinhar, encontram-se as mudanças geradas em cada organização por causa da pandemia, as novas formas de trabalho, as novas ferramentas comunicacionais, de incidência política, estratégias de parcerias, novas formas de ler os contextos políticos durante a emergência sanitária. Os mecanismos implementados para a recuperação dos saberes por causa da perda de pessoas e histórias importantes para as comunidades. Parcerias internacionais e reações diante dos assassinatos e desapareções de pessoas da comunidade. O protagonismo das mulheres e das juventudes. Diante desta multiplicidade de inquietudes e urgências, cada organização, expressou seus pontos em comum, assim como suas tensões e confluências:

No caso da Honduras, assinalou-se de forma muito enfática, a falta de vontade política por parte do Estado para reconhecer o trabalho da organização. Pelo contrário, existem campanhas difamatórias em contra das iniciativas da OFRANEH. Estão militarizando os territórios, por meio do pretexto de outros temas que não necessariamente atendem a crise da pandemia. A postura do governo, tem obrigado à OFRANE a se virar pro exterior, para procurar em aliados internacionais, os laços que ajudem a manter a resistência. Nahum Lalín, assinalou que "o que nos faz seguir avançando um pouco é essa algaravia, essa barulheira, que são os contatos a nível internacional que temos para pressionar um pouco ao governo".

Para o caso brasileiro, a CONAQ reconhece que se tem muitas semelhanças com o que acontece em Honduras. Por exemplo, o governo já sinalizou abertamente, que não regularizará nenhuma situação da terra pra nenhuma comunidade quilombola. E isso, apresentado como programa de governo. No caso da comunicação interna e externa desta organização, tem-se logrado construir espaços de diálogo sobre direitos territoriais. Aqui ressalta-se a relevância dos foros globais. Givania Maria da Silva sinalizou que "tem-se ampliado as alianças, tanto no campo jurídico quanto no comunicacional, principalmente com outros movimentos sociais que lutam pela terra. Tem-se fortalecido as alianças com os povos indígenas. Gerando novos processos de incidência para pensar em novas legislações. O problema das novas legislações, é que sofrem do veto presidencial". Outra das estratégias em termos de comunicação e saberes, é conseguir chegar de forma inequívoca aos povos do campo, as águas e os matos. Por isso, tem-se gerado iniciativas para conjuntar "nossos professores e nossos idosos numa jornada que fizemos em 2020, a primeira jornada nacional ritual de educação quilombola".

Cledeneuza María Bizerra (MIQCB) falou sobre a forma em que as jovens têm estado envolvidas nos trabalhos da organização. Com a pandemia, todas as pessoas envolvidas tiveram que fazer trabalhos conjuntamente. Inclusive as adolescentes. A grande preocupação atual é a transferência de saberes para as juventudes, "o trabalho que temos feito por muitos anos deve passar em transição para as pessoas jovens. Mas isso também depende da participação regional das atoras e dos atores".

Daniel Teixeira do CEERT, assinalou que para o caso brasileiro, o governo federal também atenta "contra as instituições que ajudam às nossas agendas. Por exemplo, tem-se gerado um recorte histórico ao instituto que levanta os censos a nível nacional, e isso terá repercussões que ainda não podemos calcular. Há uma clara sabotagem às políticas públicas de igualdade racial e ações afirmativas. Por isso, é importante pensar em como estabelecer uma rede de instituições estratégicas no país, para que tenhamos outra narrativa sobre direitos humanos, desenvolvimento e sociedade, através da desapareção do racismo. Isso tem que envolver as instituições lideradas por pessoas brancas, às que precisamos chamar para esta discussão. O que é ser branco numa sociedade racista? Que possamos questionar o papel que jogam, dentro duma sociedade racista. Aqui vem a importância de uma articulação internacional mais forte e mais constante. Não apenas pela visibilidade, mas pelo acompanhamento, o trabalho colaborativo e a organização. O fortalecimento institucional também é político, por isso, é importante contar com uma articulação institucional com instâncias estratégicas, fortalecendo ao mesmo tempo, a causa".



Na Colômbia, Charo Mina Rojas destaca que têm duas formas de intervenção das mulheres: uma, totalmente autônoma. Ela diz que “quando a pandemia se deu, as primeiras em reagir, organizar, definir estratégias, procurar saídas, foram as mulheres. Imediatamente organizaram-se para buscar e coletar alimentos, gerar medidas desde a medicina tradicional e os cuidados especiais”. Geraram-se modelos de comunicação alternativos, através de receituários, orientações e guias para se cuidar. As mulheres negras se mobilizaram e distribuíram por todo o território.

A segunda, foi com o Pacifico Task Force, onde parte da estratégia era se relacionar com outras organizações, com as autoridades étnico-territoriais, para saber como estavam trabalhando, quais eram as principais necessidades e prioridades das pessoas mais vulneráveis. “Em todo momento as mulheres estavam na frente ou levaram a maior parte da participação. As mulheres eram as que encontravam-se fazendo convênios com diferentes setores, agricultura, pesca, sabedoras, cultivos de plantas medicinais, etc. Para complemento da cesta básica de alimentos que o governo estava dando. No Chocó, Tumaco, e Buenaventura, as juventudes identificaram fornecedores, ajudaram com a logística, têm estado muito ativas procurando canais de distribuição. Por isso, o diplomado foi muito importante, já que estas iniciativas, que de forma orgânica se foram dando, puderam-se fortalecer para se manter no tempo”.

Carlos Rosero (CONPA), apontou que, na constituição da Colômbia, se fala dum Estado social. Um Estado social que foi omissivo para a maioria da população negra em condições de deslocamento em cidades como Bogotá, Cali, Medellín. “Recentemente esse mesmo Estado social de direitos, nega-se aprovar um mínimo vital para as pessoas nas atuais condições. Esse Estado diz que reconhece e protege a diversidade étnica e cultural da nação, mas no 27 de agosto do ano passado, por exemplo, a Ministra de Governo disse ‘a pandemia está afetando a todos por igual, portanto aqui não vão ter planos específicos para atender ninguém’. Além de passar por cima o que a constituição diz, no seu artigo 13, estabelece que todos nascemos iguais e serão facilitadas medidas para assegurar que a igualdade seja real e efetiva, principalmente para aqueles grupos cujas condições não o permitem. Quando a Ministra disse isso está claramente negando o tema das ações afirmativas. O que de fato podemos analisar desses ditos e dessas ações, é que à elite, o que no fundo está nos dizendo, é que aqui o racismo não existe. Se a pandemia está nos tratando a todos por igual, é que não houve processo de escravização, e não há desigualdade racial. Em consequência não temos necessidade de ações afirmativas. Já que elas reconhecem as desigualdades manifestas. Na prática, o que se nega neste discurso, é o que é vivido día a día. Esta é uma das principais implicações do Estado post-racial. Esse debate vem dos Estados Unidos, onde com a chegada do Obama ao poder, assumiu-se que o racismo já não existia mais”.

Para a Rede de Mulheres, os temas de resiliência e recuperação econômica, tem sido os mais destacados em tempos da pandemia. Está-se na procura de capital semente para outras mulheres afrodescendentes e seus empreendimentos. O COVID-19 está forçando a repensar o modelo de desenvolvimento atual. “Deve-se cuidar, não aprofundar num modelo de desenvolvimento extrativista que é totalmente hostil às nossas populações. É preciso aprofundar nas alianças. Será importante porque as vezes o tema afro fica muito circunscrito aos espaços afro e não se leva pros outros. A Rede está apostando por visibilizar a necropolítica gerada nos territórios”. Assim, aborda-se o tema da falta de dados e indicadores desagregados por grupo étnico racial. Várias organizações encontram-se trabalhando o tema da informação estatística, fortalecendo por meio de redes de intercâmbio a ausência de dados censitários.



DELINEANDO AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Giselle dos Anjos Santos (CEERT) colocou, "temos vários pontos para encaminhar, seguir refletindo e pensar na possibilidade de ação conjunta que pode agregar e fortalecer a nossa luta de forma geral na região, e também consequentemente, fortalecer às nossas organizações num sentido institucional".

Depois de dois dias de diálogo, o ponto que é transversal no contexto da pandemia, é o de cuidado do mais básico: a vida. A perseguição e o perigo aumentaram, ao invés de ter retrocedido, isso também se liga com as problemáticas que se atendem de forma institucional. As semelhanças entre Honduras, Colômbia, Bolívia e o Brasil, mostraram-se tangíveis e evidentes.

Realidades compartilhadas entre as organizações

- ▶ Assassinato de lideranças comunitárias e criminalização do território por parte dos governos, que por omissão ou ação direta, geram políticas de exclusão e extermínio das populações afrodescendentes.
- ▶ Participação ativa das mulheres negras em todos os aspectos organizativos da vida institucional.
- ▶ Combate aos sistemas de justiça racistas. Principalmente no relativo ao acesso à saúde digna e universal.
- ▶ Combate frontal à perda de direitos sociais aprofundados por causa da pandemia.
- ▶ A pandemia está gerando uma perda de conhecimentos ancestrais, fundamentalmente com as mortes das pessoas idosas.
- ▶ Inovação nas práticas institucionais para fazer frente à pandemia. Principalmente no relativo à soberania e segurança alimentar.

Propostas gerais da discussão

- ▶ Ampliação de alianças a partir da solidariedade internacional (compartilhar experiências, fortalecimento institucional, sustentabilidade e autogestão). Perder o temor às alianças entre organizações afrodescendentes. Gerar alianças de tipo: nacionais e internacionais; jurídicas; comunicacionais; com outros movimentos sociais da luta pela terra; de processos de incidência para geração de novas e melhores legislações; intercâmbio de processos institucionais e saberes diante da pandemia.
- ▶ Pensar nessas alianças desde um modelo temático de desafios:
 - Direitos territoriais e ambientais.
 - Direitos civis e políticos: fortalecimento das organizações, autonomias e autogovernos, garantindo condições de participação em igualdade para mulheres, jovens, geração e família.
 - Direito à consulta prévia, livre e informada.
 - Direitos econômicos, sociais e culturais.
 - O direito ao desenvolvimento inclusivo.
 - O direito à vida num contexto de racismo: sobreviver como grande desafio.
- ▶ Intercambiar experiências sobre como recuperar o controle territorial e político desde as experiências das autoridades étnico-territoriais, sob princípios pacíficos fazendo frente a grupos armados e a ausência deliberada do Estado.
- ▶ Compartilhar as estratégias que se têm para o combate à invisibilização do povo negro por parte de cada organização.
- ▶ Diante da falta de dados estatísticos, gerar estratégias para visibilizar as mulheres negras, seus trabalhos e aportes no campo da inovação às práticas que desenvolvem no território e os diversos aportes ao próprio fortalecimento institucional.
- ▶ Participar conjuntamente para fortalecer as estratégias jurídicas que permitam salvaguardar a vida, no tema dos direitos territoriais e a consulta prévia para fazer frente aos projetos extrativistas.
- ▶ Compartilhar propostas para fortalecer a cadeia de valor na produção, distribuição e consumo das comunidades.
- ▶ Convencer outros doadores com a finalidade de alcançar a sustentabilidade financeira



Edwin Matamoros CCARC



Maricela Kauffmann CC...



Daniel Teixeira CEERT



Giselle dos Anjos Santos...



aria Maria Silva C...



Selma Dealdina



Entre Povos IAT



Vitoria Balbina Torres Men...



May Solimar



Melissa F Martines O...



Mariana F Martines OFR...



Cesar Bernardez



Charo Mina Rojas PC...



Paola Yañez Red de...



Gabriela Cleefi



Filippo Del Gatto



Eli LaBan



Ana Mariéluz Sandoval



galio gurdian



Luanda Mayra Chaves Teixeira



Margarita Antonio



Nuri Romero



Sandra Regina Monteiro



Yamara Garcia



Cledenueza Maria Bizerra...



Erick López Sistemati



WWW.CCARCRESEARCH.ORG



WWW.FORDFOUNDATION.ORG



WWW.ENTREPOVOS.ORG